

UNIVERSIDADE TIRADENTES

MARISTELA MACHADO MELO

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO
DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DE PROPRIÁ/SE

Propriá-SE

2013/2

MARISTELA MACHADO MELO

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO
DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DE PROPRIÁ/SE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Tiradentes como pré-requisito para
a obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Prof^ª. Mestre: Clara Angélica
Bezerra.

Propriá-SE
2013/2

MARISTELA MACHADO MELO

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO
DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DE PROPRIÁ/SE

Monografia, apresentada ao curso
de Serviço Social da Universidade
Tiradentes – UNIT, como requisito
parcial para a obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Nome do orientador (a)

Instituição

Pricylla Kariny Maria Rodrigues Moura

UNIT

Nome do professor (a)

Instituição

Dedico este estudo científico a minha mãe Valentina, que sempre me incentivou, sendo compreensiva quando precisei me isolar para desenvolver minha pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Quero dividir esta conquista com todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram, torceram por mim e me fizeram aprender durante esta minha jornada.

Agradeço a Deus, por me confortar nos momentos difíceis, por conduzir minha vida e nunca me deixar desistir tentando ser melhor a cada dia.

Aos meus pais, minha base fundamental.

Aos meus irmãos por todo o companheirismo e momentos de diversão. Aos amigos, de perto e de longe, que dividiram comigo um pouco de suas vidas.

As minhas orientadoras prof^ª. Clara Angélica e a prof^ª. Priscila por acreditarem e apostarem na minha pesquisa.

Em especial o meu agradecimento a Jorge pela confiança e por compreender minhas ausências e me estimular a continuar no mundo da pesquisa.

Enfim... A todos o meu muito obrigado!

Olhe cada caminho com cuidado e atenção. Tente-o tantas vezes quantas julgar necessário. Então, faça a si mesmo uma pergunta: possui este caminho um coração? Em caso afirmativo, o caminho é bom. Caso contrário, esse caminho não possui importância alguma.

(Carlos Castañeda).

RESUMO

Este estudo pretende promover uma discussão sobre a importância da inserção do assistente social no espaço público de educação. Identifica a percepção dos professores de escolas públicas estaduais do município de Propriá, SE, acerca da inserção de um profissional de Serviço Social na equipe interdisciplinar da escola, bem como, demonstra uma reflexão da Lei 3688/2000 que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais na rede pública de educação básica. Os resultados evidenciam a necessidade da inclusão do Assistente Social no ambiente educacional, pois no cotidiano escolar ocorrem questões sociais cuja complexidade de demandas o saber pedagógico não consegue enfrentar sozinho necessitando dos conhecimentos deste profissional.

Palavras chaves: Serviço Social, Escola, Intervenção Profissional.

ABSTRACT

This study aims to promote a discussion on the importance of inclusion of social worker in the public space of education. Identifies the teachers ' perception of State public schools of the city of Propriá, IF, on the insertion of a professional Social Service in the interdisciplinary team of the school, as well as demonstrates a reflection of 3688/2000 Law which provides for the inclusion of social workers on the public network of basic education. The results highlight the need for the inclusion of Social worker in the educational environment, the school social issues which occur everyday complexity of pedagogical knowledge demands can't face alone requiring findings of this Pro.

Key words: Social services, School, professional intervention.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: FORMAÇÃO DOCENTE	36
GRÁFICO 2: TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO.....	36
GRÁFICO 3: DEMANDAS URGENTES QUE PEDEM A INTERVENÇÃO DE UM ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA.....	37
GRÁFICO 4: O MAIOR DESAFIO DA ESCOLA QUANTO À RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR.....	38
GRÁFICO 5: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DOS ESTUDANTES RESPEITADAS POR OUTROS ALUNOS.....	39
GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E O SEU CONHECIMENTO SOBRE AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA ESCOLA PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	40
GRÁFICO 7: OS MÉTODOS PEDAGÓGICOS DA ESCOLA NA BUSCA PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS	40
GRÁFICO 8: CONHECIMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI 3688/2000.....	42

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II	
2- EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA	14
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DA ESCOLA NO SÉCULO XX	14
2.2 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NO SÉCULO XXI	16
2.3 A EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA DO SÉCULO XXI.....	18
CAPÍTULO III	
3-A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	23
3.1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	23
3.2 O PROJETO DE LEI 3688/2000 QUE DISPÕE SOBRE O ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA.....	26
3.3 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	28
CAPÍTULO IV	
4-A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS SERGIPANAS ...	32
4.1 METODOLOGIAS DA PESQUISA	32
4.1.1 CONTEXTO E UNIVERSO DA PESQUISA	33
4.1.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA: O PROFESSOR.....	34
4.1.3 A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR.....	35
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6- REFERÊNCIAS	44

1-INTRODUÇÃO

A educação é o cerne da transformação social e é de fundamental importância para que um país possa atingir o progresso. Mas, esta caminhada só terá crescimento se o direito à educação, o direito de acesso e permanência na escola garantidos pelos aportes legais da Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90 – art. 53), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), forem respeitados por todos os envolvidos no processo educativo. Segundo Rios (2011, p. 53) “a função da educação tem uma dimensão técnica e uma dimensão política, dialeticamente relacionada. E é na articulação do que é especificamente pedagógica com a totalidade do social que se realiza a dimensão política da educação”.

Adentrando o século XXI, percebemos que o desrespeito aos direitos está crescendo e a idéia de garantia dos direitos instituídos na constituição cidadã (1988) vem sofrendo uma resistência na sua efetivação. Conforme Scandela e Cardoso (2005) as políticas sociais que deveriam ser defendidas pelo Estado estão sendo afetadas pelo processo de privatização e estão cada vez mais reduzidos os recursos públicos destinados a área da Assistência Social, Educação, Trabalho, Habitação, etc.

Conforme SCANDELA e CARDOSO (2005) de acordo com a LDB todos os profissionais da educação devem estar preparados para “lidar” com as demandas apresentadas nas escolas. Tais demandas são: evasão escolar, indisciplina, dificuldade econômica, desestruturação familiar, uso de drogas lícitas e ilícitas, gravidez precoce, dentre outras que habitam este ambiente.

Através da pesquisa de campo feita com os professores, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas estaduais do município de Propriá, foi constatado que os profissionais da educação não estão preparados para enfrentar as expressões da questão social que ocorrem no interior da escola. Suas formações profissionais não são suficientes para capacitá-los no sentido de prevenir e problematizar as demandas sociais que surgem no espaço escolar.

Dessa forma, o Art. 2º da LDB (1996) o qual estabelece que: “a educação, dever da família e do Estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, essa finalidade da educação do pleno desenvolvimento do educando, só pode ser

materializada se houver na escola e no ambiente do educando as condições objetivas, como alimentação, moradia decente, vestimentas, medicação, e tudo o que for preciso para o bom desenvolvimento psicossocial do aluno.

Nesse contexto, surge a problemática deste estudo, analisar a viabilidade da inserção de assistentes sociais junto às equipes interdisciplinares da escola e qual a percepção de professores de escolas públicas estaduais, em Propriá, SE, acerca da inserção desse profissional na educação?

As questões norteadoras dessa pesquisa buscaram conhecer:

a) A opinião dos docentes acerca da importância da inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da educação; b) as demandas apresentadas no interior da escola; c) o nível de conhecimento do professor acerca do projeto de Lei 3688/2000.

Convém destacar a relevância desse estudo, uma vez que a escola pública foi e volta a ser um espaço sócio profissional do assistente social. Esse debate tem sido amplamente discutido pela representação da categoria profissional, e pelo conjunto CFESS/CRESS.

Sendo assim, justifica-se ainda a escolha do campo de pesquisa, pelo fato do município de Propriá ser a sede da DRE'06 que coordena um total de 44 escolas estaduais nos 14 municípios que compõem a regional. E o município dispõe de um total de 17 escolas, sendo 06 estaduais e 11 municipais, e em todas acontecem expressões da questão social cuja complexidade de demandas o saber pedagógico não é suficiente para atender, necessitando de outros conhecimentos como o do assistente social.

Além dos aspectos acima revelados e que justificam a presente pesquisa, precisa-se destacar ainda as motivações da pesquisadora na realização deste estudo, mediante inquietações teóricas no que se refere às possíveis contribuições que o assistente social traria para a escola, como já mencionado anteriormente, uma vez que a pesquisadora pertence ao corpo docente do ensino público estadual do município de Propriá, e vivencia cotidianamente no seu espaço de trabalho as diversas expressões da questão social manifestadas pelo corpo discente.

Para esta finalidade a pesquisa propõe no **capítulo I** deste estudo uma análise teórica sobre a educação enquanto política pública, com enfoque nas transformações da escola no século XX e o papel que esta instituição assume no século

XXI. Nesse sentido, se discorrerá sobre a equipe interdisciplinar da escola na contemporaneidade.

Sendo que no **capítulo II** irá abordar a relação que o Serviço Social historicamente possui com a história da educação brasileira. Discorre-se sobre a prática do assistente social na escola e sinaliza-se para os dispositivos legais que baseiam esta prática do assistente social, concomitantemente disserta-se sobre alguns dos instrumentos como: O Plano de Desenvolvimento da escola (PDE), Projeto Político Pedagógico (PPP); e o Regimento Escolar (RE).

Ainda neste capítulo busca-se fomentar uma reflexão, sobre o Projeto de Lei Federal nº. 60/2007 que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos em todas as escolas de educação básica do Brasil.

Por fim, no **capítulo III** apresenta-se a trajetória metodológica da pesquisa e a análise e interpretação do material coletado. No início, irá-se descrever o universo da pesquisa, pontuando os sujeitos envolvidos no estudo e o lócus da pesquisa. Por fim, irá-se apresentar a análise dos dados da pesquisa realizada com o corpo docente das escolas públicas estaduais do município de Propriá, SE, totalizando o número de 60 professores. Partindo da análise dos dados, tendo como base a percepção dos professores de escolas públicas, acerca da inserção do assistente social na educação, discuti-se essa temática a partir da realidade pesquisada e do material coletado dos sujeitos envolvidos no estudo.

CAPITULO II

2- EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DA ESCOLA NO SÉCULO XX

Os desafios da escola pública são enfrentados todos os dias pelos professores em suas práticas pedagógicas. Diante disso, é preciso buscar meios possíveis para que o aluno alcance uma aprendizagem de qualidade. Um ensino de qualidade implica na compreensão dos significados sociais que os diferentes grupos da sociedade brasileira imputam à escolarização, no que se alude à formação de crianças e jovens (PINTO, 2013). Essa compreensão está relacionada com o contexto histórico da escola que vem cada vez mais, sendo sobrecarregada pela crescente demanda social gerada pelos impactos das expressões da questão social¹ em tempos específicos.

A educação tradicional que era destinada a poucas pessoas de posse, sofreu declínio no período renascentista e foi influenciada pela educação burguesa, mas sobrevive até os dias de hoje. Já a educação nova teve seu surgimento marcado a partir da obra de Rousseau, atingiu grande desenvolvimento e trouxe inovações especialmente no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. De acordo com GADOTTI (2000, p. 03).

“a educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual. Todavia, o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico, como exemplo cita a pedagogia institucional” (GADOTTI, 2000, p.03).

Em meados do século XX, a educação básica passou por grandes transformações e conseguiu atingir todos os jovens na faixa etária de frequentar o

¹ Apreendida pela autora Iamamoto (2010, p. 27) como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

ensino obrigatório. Entretanto, a qualidade do ensino e o desempenho escolar da maioria dos alunos foram insatisfatórios, evidenciando o caráter excludente e seletivo do sistema educacional no Brasil ao longo desse período.

Conforme PINTO (2013) o princípio do ensino universal ocorreu com a unificação de escolas isoladas com propostas diversificadas, essa unificação sistemática consolidou-se durante o século XX, e no caso do Brasil de forma acentuada no período militar, com a concepção tecnicista de ensino.

Com a consolidação do capitalismo industrial, as fábricas necessitavam de operários que tivessem o mínimo de preparo social e intelectual para trabalhar nas indústrias. No que se refere ao campo educacional, no Brasil durante o período militar, o sistema de ensino foi organizado conforme as normas do taylorismo e do fordismo, formas de organização da produção industrial que visavam à maximização da produção e do lucro, esses dois sistemas que surgiram durante o século XX, buscavam levar para as escolas essa lógica empresarial de objetivação do trabalho fabril.

De acordo com PINTO (2013) com o desenvolvimento das forças produtivas, atendendo diferencialmente as diversas classes sociais, a produção do conhecimento vai se sofisticando e dificultando mais os processos educativos, especialmente no que se refere à educação escolar.

No limiar da década de 1990, ocorre com as reformas neoliberais, um novo período de universalização do ensino fundamental no Brasil, que se inicia com a substituição da base taylorista e fordista pela base toyotista. A educação mais uma vez sofre mudanças, e o novo papel da escola é ajustado conforme as necessidades do mercado.

Sendo assim, “sobre a base de produção toyotista, as reformas educativas neoliberais buscam flexibilizar e diversificar a organização das escolas e do trabalho pedagógico” (PINTO, 2013, p.25). Qualquer que seja o período político da história do Brasil “a universalização do ensino ocorreu acompanhada por uma série de precariedades decorrentes, na sua maioria, da falta de investimento financeiro suficiente na área”. (PINTO, 2013, p.21)

Apesar das desigualdades socioeconômicas existentes entre Estados, regiões e países, GADOTTI (2000, p.03) afirma que “durante o século XX a educação

se tornou permanente e social”. Contudo, existem idéias que estão sendo disseminadas mundialmente, “entre elas a de que não há idade para se educar, de que a educação se estende pela vida e que ela não é neutra” (GADOTTI 2000, p.03).

2.2 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NO SÉCULO XXI

O Sistema de Ensino no Brasil vem sofrendo grandes modificações no decorrer da história, especialmente após a aprovação da lei 9.394/96 de 20/12/1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define e regulariza o sistema de educação com base nos princípios constitucionais. De acordo com a LDB a educação básica é composta por três níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e as modalidades de educação - Educação Profissional, Especial e Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Nas duas últimas décadas do século XX houve um forte movimento de universalização do ensino fundamental, apenas agora no início do século XXI esse acesso universal ocorreu intensamente nesse nível de ensino obrigatório por lei. PIMENTA e PINTO (2013) destacam que a educação infantil e o ensino médio, apesar de toda luta para sua generalização ainda se mostra insuficiente, principalmente a educação infantil que continua sem a obrigatoriedade da lei.

A ampliação da rede de ensino nestas últimas décadas ocorreu acompanhada por uma série de precariedades do ensino ofertado e também pela falta de investimento condizente no Sistema Escolar. Conforme PINTO (2013) essa universalização tardia do ensino fundamental nega acirradamente o pedagógico, por não oferecer condições mínimas de aprendizagem escolar efetiva para crianças e jovens, submetendo professores a uma jornada de trabalho cansativa, sem as condições mínimas necessárias para conduzir o ensino.

A educação possui um caráter social e político que busca o desenvolvimento da sociedade. Tem como objetivo preparar o aluno para refletir de maneira crítica acerca das diferentes problemáticas sociais. Portanto, faz se necessário um trabalho distinto em conjunto com a escola, família e Estado no combate aos problemas sociais que ocorrem no ambiente escolar.

A escola, antes considerada como um ambiente propício à aprendizagem e ao crescimento social e afetivo, na atualidade passa a ser descrita como um espaço de violências e angústias, o que gera crescente sentimento de insegurança, impotência, medo e desânimo. Sobre a escola recaem as ausências das instituições e das políticas públicas em saúde, segurança, trabalho, esporte, cultura e promoção da transformação social. A política de ensino é tratada isoladamente no espaço da instituição de ensino (FARIA e SOUZA, 2010, p.04).

A escola é uma instituição cuja função social é educar e formar os indivíduos através da socialização do saber, garantido a todos o acesso a conhecimentos que foram e estão sendo construídos ao longo da história. Segundo PIAGET (2011) o direito à educação é o direito do indivíduo ter um desenvolvimento normal diante das suas possibilidades e a obrigação da sociedade de transformar essas possibilidades em realidade úteis e efetivas.

Ao longo das últimas décadas a educação é compreendida como uma política social com o dever de garantir direitos sociais e constitui-se como um espaço contraditório de lutas de classes.

No início do século XXI, o papel da escola pública teve uma notória ampliação, e sua função fundamental que é ensinar apenas a ler, escrever e a contar fica em segundo plano. A escola, segundo LIMA e LEITE (2013, p.94) “deve oferecer a classe trabalhadora, que agora requebra seu espaço, uma sólida base científica, formação crítica da cidadania e solidariedade de classe social”.

Um dos desafios enfrentado pelas escolas na contemporaneidade é relacionar o conteúdo trabalhado na sala de aula com a realidade social dos discentes, levando em consideração os direitos e deveres dos alunos garantidos na Constituição Federal de 1988 (CF), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Só dessa forma, pode-se levar a construção de conhecimentos que desenvolva nos alunos um senso crítico sobre seus direitos e deveres de cidadãos, para que estes possam alcançar o bem estar social.

A escola deve contemplar o processo de formação em sua magnitude, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) corrobora com este pensamento, ao afirmar que a educação precisa estar vinculada “ao mundo do trabalho e a prática social”, e em seu artigo 1º estabelece que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (SAVIANI, 2006, p.163).

De acordo com SANTOS A. M. (2012) No século XXI a escola é desafiada a acatar as demandas próprias do conhecimento mínimo e imprescindível para a evolução do aluno enquanto cidadão, considerando as imposições do mercado de trabalho globalizado, que exige trabalhadores que se adaptem às novas exigências da sociedade informal, global ou em redes. Segundo FALEIROS (2009, p. 70) as lutas pela igualdade de acesso, pela equidade alcançam resultado parcial, já que as condições gerais de produção de desigualdade são mantidas.

Diante do que foi exposto, percebe-se que a educação está imersa em um processo de globalização, vinculada às determinações do sistema neoliberal. É preciso buscar encaminhamentos possíveis de se empregar estes processos, como um meio de promover o desenvolvimento e o crescimento social.

2.3 A EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA DO SÉCULO XXI

Entende-se por gestão democrática na educação, todos os fatores que tenham como objetivo a descentralização, para isso a equipe interdisciplinar da escola deve criar espaços para que a comunidade escolar participe das atividades e decisões escolares.

A gestão democrática no ensino público busca a transformação social a partir da mobilização coletiva e do engajamento social da comunidade escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/1996 (LDB) nos seus artigos 14 e 15 dispõem sobre a gestão democrática.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Art. 14º,15º, LDB, 1996).

Sendo assim, destacam-se alguns instrumentos que podem ser utilizados pela instituição escolar em seu cotidiano para que este engajamento da comunidade escolar possa acontecer. São eles: Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Projeto Político Pedagógico (PPP); e o Regimento Escolar (RE).

A Equipe Interdisciplinar da escola é responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Trata-se de um programa do MEC, que auxilia as escolas públicas a melhorar o gerenciamento da sua gestão escolar. Para atingir o objetivo deste Programa, a equipe diretiva da unidade de ensino deve estar atenta as necessidades e particularidades da escola e da comunidade. É preciso que esta referida equipe se reúna e escute a comunidade escolar para o atendimento de suas demandas, e de acordo com a sua participação, promover ações, projetos e programas que possam contribuir de forma significativa para o êxito da gestão escolar.

Para a elaboração do PDE/ Escola, utiliza-se desde 2011, a ferramenta do PDE Interativo. É comum confundir o programa Plano de Desenvolvimento da escola (PDE Escola) com o sistema PDE Interativo.

O PDE Escola é um programa do MEC que atende às escolas com baixo rendimento no IDEB, fomentando o planejamento estratégico e participativo com o propósito de auxiliá-las em sua gestão. O PDE Interativo é a plataforma utilizada pelo PDE Escola, que permite a utilização da metodologia por todas as escolas públicas. (Disponível <<http://pdeescola.mec.gov.br>>. Acesso em 14/11/2013).

A escola contemporânea deve realizar ações visando reforçar os processos democráticos e participativos. É por meio do Projeto Político Pedagógico que a escola vai articular essas ações num processo de construção coletiva e reflexiva, com toda a comunidade escolar. De acordo com CASTANHO:

O Projeto Pedagógico é a forma de organizar o trabalho pedagógico na escola, articulando saberes e espaços-tempos com base nas demandas apresentadas pela comunidade escolar. De certa forma, é um projeto que, embora de caráter burocrático, precisa ser construído a partir das vivências e deve ser motivo para as práticas cotidianas. De

um lado há os interesses, as idéias da comunidade, dos estudantes, do sistema de ensino. De outro, há a estrutura, a organização, o currículo, as idéias e as práticas. Amalgamadas, essas potencialidades redundam em um Projeto Pedagógico em acordo com a realidade onde se insere a escola e com os ideais de quem ocupa o espaço escolar. O PP é, assim, o esboço, de forma coletiva, das competências esperadas do educador e das ações escolares. Daí porque é um processo contínuo, precisa ser renovado, repensado, revisto constantemente contribuindo para que se defina a identidade da escola (CASTANHO, 2008, apud SANTOS, A. M. 2012, p. 36).

O Regimento escolar é um documento legal e oficial onde estão assinalados os objetivos e princípios da escola. É importante a participação da comunidade escolar na elaboração do regimento. Para SANTOS, A. M. (2012) o regimento escolar é de grande significância e importância para o bom funcionamento da escola, pois, enquanto instrumento legal, expressa a filosofia da instituição escolar e garante a aplicabilidade da legislação educacional.

Quanto à participação do professor no processo de gestão democrática da escola, o mesmo exerce um papel importante, uma vez que pode desenvolver nos discentes e, por conseguinte na comunidade escolar o discernimento crítico e o senso de participação nos processos de democratização da educação. Quanto à atuação deste docente no ambiente escolar, destacaremos três incisos do artigo 13º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) os quais estabelece que:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade (Art. 13º, LDB, 1996).

Este profissional de ensino agregou elementos inerentes à sua formação, que podem contribuir para o sucesso na aprendizagem do aluno. Para isto, é fundamental que o professor contemporâneo acredite na proposta pedagógica da escola.

O professor também é responsável pela condução do ensino através de uma prática pedagógica que muitas vezes ultrapassa os muros da escola. Este profissional “dispõe de importantes elementos para o sucesso na aprendizagem do aluno em especial quando este mobiliza o aprendiz para a participação em espaços oferecidos pela

instituição educacional como, por exemplo, os Grêmios Estudantis”. (SANTOS, A. M. 2012, p.42).

Ao sinalizar sobre o papel do professor na contemporaneidade, este profissional tem a necessidade de aprender e utilizar esse novo saber para enfrentar os novos desafios e demandas para adaptar-se a essa sociedade moderna em constante processo de mudanças.

Entende-se que a qualidade da educação não pode ser alcançada pelo resultado da ação de um único profissional, nem tampouco de ações feitas no interior das escolas, apesar da importante mediação dessas ações na busca da efetivação e valorização da formação humana dos discentes. Sendo assim, a atuação dos assistentes sociais adquire, uma dimensão estratégica na luta pela qualidade da educação, visto que já vem lutando pelo reconhecimento dessa política como integrante da seguridade social, ampliando o campo da proteção social no Brasil (CFESS, 2012).

Portanto, ter um profissional na área de Serviço Social inserido na equipe interdisciplinar da escola incide, como um adicional importante, visto que o mesmo pode contribuir com seus saberes e práticas para superação de problemas socioeducacionais da contemporaneidade.

Faz-se necessário não confundir o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais com o trabalho dos educadores. Pela dimensão sócio-educativa de suas ações, no que tange a inserção do assistente social no âmbito escolar:

Sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócioinstitucionais, voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral. (SANTOS, N. S. 2012, p.08).

Sendo assim, é preciso assinalar algumas funções específicas do profissional do Serviço social, para se evitar conflito e/ou sobreposição de funções entre

o assistente social e outros profissionais da escola. No caso da coordenação pedagógica, SANTOS afirma que:

A função da Coordenação Pedagógica deve ser entendida como o processo integrador e articulador de ações pedagógicas e didáticas desenvolvidas na escola. O assistente social deve desenvolver ações que possam caminhar junto com a Coordenação Pedagógica, porém, articulando contatos com as famílias, diagnosticando as condições sócio-econômicas, culturais, profissionais, a fim de detectar casos específicos, relacionados às questões sociais que interferem na aprendizagem do aluno (SANTOS, N. S. 2012, p.08).

Ao abordar sobre a relevância da atuação do assistente social no contexto escolar, é preciso observar as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas que atingem as famílias na sociedade contemporânea. Diante dessas mudanças a escola assume o papel de formar cidadãos autônomos e participativos e ainda tem o dever de atender o aluno em sua integralidade. Neste contexto, o assistente social, é o profissional capaz e habilitado para intervir nas relações sociais, relacionadas à realidade familiar. Segundo SANTOS, A. M. (2012), o assistente social na escola pública, torna-se o profissional referência capaz de mobilizar a comunidade escolar, desenvolvendo ações, serviços, projetos e programas que requerem o envolvimento da família na educação.

São muitas as dimensões da inserção e atuação dos assistentes sociais na política da educação, e pensar estas dimensões mostra segundo o CFESS (2012), a urgência de concretizar algumas conquistas no campo da gestão pública e da política educacional, fortalecendo as ações de constituição e intervenção dos sujeitos políticos como imprescindíveis à construção do processo democrático.

CAPITULO III

3-A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

3.1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O Serviço Social teve sua origem nas ações sociais de caridade ao próximo desenvolvida por uma parte da Igreja católica, e que na década de 1920 foi encarregada pelo Estado de cuidar dos pobres e das pessoas mais necessitadas. De acordo com SANTOS, A. M. (2012) Na década de 1930 a Igreja Católica devido ao momento político, econômico e social do país, obteve conquistas significativas, como garantir ensino religioso nas escolas e de forma facultativa nas escolas públicas. Em meio a várias transformações no cenário brasileiro, a profissão do Serviço social só foi regulamentada no Brasil na década de 1950, através da Lei nº. 3.252/1957.

Nesse panorama de rompimento com o conservadorismo, o assistente social assume uma postura transformadora em relação a sua função social e política. Isso acontece quando “o meio profissional começa a se ampliar e se modernizar com rapidez, em consequência da multiplicação das escolas especializadas e da demanda objetiva do Estado e das empresas” (IAMAMOTO, 2011, p. 35).

Já, o Serviço Social Educacional surgiu em 1946, no estado do Rio Grande do Sul, era vinculado a Secretaria Estadual de Educação. Tinha uma equipe multidisciplinar, também denominada equipe de saúde escolar, na qual constava a presença do profissional de Serviço Social (AMARO, 2011). Essas equipes tinham a incumbência de atuar segundo AMARO (2011, p.19) em “situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social”.

Diante das exigências da sociedade atual, a escola precisa dar conta das demandas sociais apresentadas no seu cotidiano escolar, para que possa atender o aluno em sua integralidade. Portanto, faz-se necessário a inserção de assistentes sociais no espaço escolar.

De acordo com AMARO (2011) a necessidade de complementar saberes, visando à construção de abordagens que respondam com eficácia às demandas sociais

apresentadas, e o reconhecimento da qualificação técnica do assistente social para esse trabalho, foi o que o trouxe este profissional para o panorama da educação.

Neste contexto, o assistente social, é o profissional melhor preparado para problematizar as demandas sociais apresentadas nas escolas públicas. De acordo com SCANDELA E CARDOSO (2005) durante sua formação profissional, o assistente social estuda sobre como se posicionar perante as expressões da questão social, e possui o conhecimento sobre o surgimento dessas demandas o que facilita problematizá-las.

Corroborando este pensamento “O assistente social possui uma formação generalista, que o torna habilitado para intervir nas relações sociais, e tratar de temas relacionados à realidade das famílias, se constitui como um instrumento necessário no cotidiano escolar” (SANTOS, A. M. 2012).

Dessa forma, a inserção do assistente social na educação constitui-se como:

A superação do trabalho isolado, fragmentado, partindo da premissa e entendimento do trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, onde na escola, o assistente social é o profissional habilitado para promover a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento em prol da resolução das demandas sociais escolares. Também, afirma-se que a presença do Serviço Social na escola pode representar, de fato, a integralidade no atendimento ao aluno, intervindo na família e trabalhando a partir da tríade aluno-família-escola. (SANTOS, A. M. 2012, p.56)

O assistente social pode contribuir na garantia do direito à educação de qualidade, e na “consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 1993, p. 34). O profissional do serviço social estará preparado para problematizar as demandas sociais, pois durante sua formação profissional aprendeu a posicionar-se perante as históricas expressões das questões sociais.

Os problemas sociais a serem enfrentados pelo assistente social na área da educação são:

O baixo rendimento escolar, a evasão escolar, o desinteresse pelo aprendizado, os problemas com indisciplina, a insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, a vulnerabilidade às drogas; as atitudes e comportamentos agressivos e violentos. (CFESS, 2001, p.23).

A contribuição da sua prática profissional está na atuação e intervenção conjunta com os educadores para auxiliar e facilitar o enfrentamento das questões sócio-educativas que afligem o espaço escolar e garantir uma educação de qualidade. O grande desafio da escola pública é garantir que os alunos possam exercer de maneira plena seu exercício de liberdade política e intelectual. Tal exigência coloca os assistentes sociais diante de um dos maiores desafios da atualidade:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2010, p. 20. Grifo da autora).

As demandas apresentadas na escola são reflexos da questão social que estão sendo vivenciados pelo estudante e sua família. A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais (IAMAMOTO, 2011, p. 29).

A família surge como demanda para o assistente social quando por algum motivo, não consegue cumprir a sua função social. O profissional de Serviço Social através de uma ação transformadora deve criar meios para que a família se desenvolva e cumpra o seu papel.

Os Assistentes Sociais Contribuem para a criação de formas de um consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação, gestão de políticas públicas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao referirem na gestão e avaliação daquelas políticas ampliando o acesso à informação a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 69).

O tema a importância da inserção do assistente social no espaço escolar: a percepção dos professores das escolas públicas estaduais de Propriá/SE foi escolhido por tratar de aspectos voltados pra uma realidade presente no cotidiano escolar, onde ocorrem expressões da questão social cuja complexidade de demandas o saber pedagógico não consegue acatar. Nesse contexto, o profissional de serviço social

poderia contribuir na luta contra a violência, a exclusão social, a evasão escolar e as diversas formas de violação dos direitos, além de focalizar a instituição familiar.

3.2 O PROJETO DE LEI 3688/2000 QUE DISPÕE SOBRE O ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA

Tendo como base a reportagem do CFESS (2012), discorre-se neste momento sobre a tramitação do projeto de Lei 3688/2000 que dispõe sobre os serviços de assistência social e psicologia nas escolas públicas de educação básica do país.

De autoria do ex-deputado José Carlos Elias, o projeto de Lei 3688/2000 que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, foi apresentado em 2000 na Câmara dos Deputados.

Na justificação do projeto, o autor defende, conforme a (PL 060/2007), que a constante atuação do assistente social, como profissional especializado, trabalhando junto aos alunos e suas famílias, contribuirá na diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do professor, ocasionando melhorias no rendimento escolar do estudante e ainda afirma a importância da atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas².

O Projeto tramitou na Câmara dos Deputados até o ano de 2007, quando foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal. Segundo uma reportagem do informativo eletrônico do Conselho Federal de Serviço Social, este projeto recebeu o número de PLC 060/2007, e passou por várias comissões no Senado até novembro de 2009, quando foi apreciado e aprovado pela casa, mas com emendas, como necessariamente a modificação do termo “profissionais de assistência social”, que constava no projeto original, para "profissionais de serviço social". O projeto de lei foi devolvido para a Câmara, para ser mais uma vez analisado, com as emendas (CFESS, 2010).

Quanto às modificações acrescentadas no projeto original, observa-se que a articulação com o Conselho Federal de Psicologia, foi favorável, ao propor alterações ao

²Informações obtidas no Projeto de Lei Original Nº. 3.688-B, 2000, do Deputado José Carlos Elias (PTB/ES), que dispõe sobre a inserção do assistente social nas escolas públicas de educação básica. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamentopls_maior2010.pdf. Acesso em: 27/11/2013.

texto original que previa o atendimento aos estudantes por profissionais de saúde pelo SUS e por meio da política de assistência social, não garantindo as equipes multiprofissionais nas escolas. O relator, senador Flávio Arns, apresentou uma emenda que teve aprovação na CAS, na qual ficou estabelecida a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e serviço social na rede pública de educação básica. A partir daí, foi proposto pelo CFESS e aprovado pelo relator a substituição do termo “profissionais de assistência social” (que constava no texto original) por “profissionais de serviço social”, e deste modo garantirá a contratação de assistentes sociais (CFESS, 2010).

Ainda segundo esta mesma reportagem, do CFESS (2012), o PLC 060/2007 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal no dia 1º de dezembro de 2009. Logo após sua aprovação no Senado, o projeto retornou para a Câmara, onde foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em abril de 2012. A referida matéria foi aprovada, recentemente, em julho de 2013 na Comissão de Educação e Cultura da Casa, e teve como relatora a deputada Keiko Ota.

Agora o PL060/2007 será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na sequência, irá para o Plenário da Casa, e se o referido projeto for aprovado pela comissão e também pelo plenário, deverá seguir para a sanção da presidenta Dilma Rousseff.

O Projeto de Lei 060/2007, prevê que assistentes sociais e psicólogos atuem nas escolas públicas em parceria com gestores, professores, e membros da comunidade escolar, trabalhando na implantação de projetos pedagógicos, que visem à melhoria da qualidade do processo educativo e na mediação das relações sociais e institucionais.

Neste contexto, podemos considerar a aprovação do Projeto de Lei no Senado uma vitória para os assistentes sociais e um grande passo para a luta pela implantação do Serviço Social na educação básica brasileira, visto que, quando o referido Projeto se tornar lei, os assistentes sociais poderão compor equipes multiprofissionais dentro das unidades de ensino.

Destaca-se que, mediante leis locais, muitos municípios brasileiros como Uberlândia (MG), Limeira (SP), entre outros, já contam com a presença do assistente social em escolas de educação básica.

As reflexões acima mostram segundo o CFESS (2012), o compromisso e o desafio da categoria para materializar às suas competências e atribuições profissionais nos diversos espaços sócio-educacionais, buscando lutar pela concretização de direitos estabelecidos nas políticas sociais, e pela consolidação e ampliação destes direitos.

3.3 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O trabalho do assistente social no estabelecimento escolar visa auxiliar toda a equipe interdisciplinar no enfrentamento das questões sociais que dificultam o processo de ensino-aprendizagem, buscando trazer para a escola os alunos, seus familiares e a comunidade objetivando a concretização dos espaços de democratização do ensino.

A prática do Assistente Social no ambiente escolar deve está pautada na busca constante pela transformação social dentro de uma perspectiva crítica e participativa. Portanto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborou um Parecer Jurídico 23/00, de 22 de outubro de 2000, que analisa os aspectos jurídicos e legais da implantação do Serviço Social nas escolas públicas de educação básica, onde dispõe sobre as atividades técnicas profissionais que o profissional do Serviço Social deverá por meio de sua intervenção desenvolver nas escolas:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;

- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93 (CFESS, 2001, p. 13).

A atuação do profissional de serviço social parte de sua formação, seguramente embasada nas diretrizes curriculares, que segundo SANTOS, N. S. (2012) possui seu alicerce na teoria social-crítica, visando construir um perfil teórico-crítico (capacidade para fazer uma leitura crítica da realidade), técnico-operativo (profissional interventivo, que possui um conjunto de técnicas e instrumentos que possibilitam a intervenção) e ético-político (o agir tem uma intenção e valores do código de ética). Sendo assim, possui uma práxis transformadora que supera o imediatismo.

Na ação profissional do assistente social a sua especificidade é firmada pelo fato de atuar sobre várias necessidades. E a aceitação de suas contribuições no âmbito escolar está vinculada a demonstração prática de como este profissional utiliza sua habilidade e competência para os coletivos escolares.

Uma das tarefas principais do assistente social é fazer a articulação entre as famílias e a escola, ampliando o contato com os pais e responsáveis, a fim de favorecer a sua aproximação com o estabelecimento escolar, reforçando o senso de responsabilidade destes pelo processo de aprendizagem dos filhos. De acordo com SANTOS, N. S. (2012) a família constitui-se o foco das práticas dos assistentes sociais, e o contexto familiar traz preocupações devido à complexidade de tal prática tornando-se um campo rico para intervenções.

Detectou-se através de levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo, que as demandas apresentadas nas escolas da rede pública sejam elas, de ensino infantil, fundamental ou médio, são: evasão escolar, gravidez na adolescência, uso de drogas e entorpecentes, violência, fome e pobreza. Cada uma dessas demandas pede uma intervenção diferenciada e uma atenção especial no auxílio do sujeito ao meio em que está inserido. Para SANTOS, N. S. (2012), o enfrentamento destas demandas reforça a necessidade da inserção do assistente social, visando à cooperação para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo.

Na situação de evasão escolar, a escola entra em contato com a família ou os responsáveis para averiguar os motivos que levaram a tal condição. Não obtendo o retorno do aluno a escola, a mesma solicita o Conselho Tutelar do Município para que se responsabilize pelo caso, se o Conselho não conseguir fazer com que o aluno retome as aulas, o caso é encaminhado para poder judiciário.

Dentro desse contexto, segundo SANTOS, N. S. (2012) cabe ao assistente social, devido a sua formação generalista, estabelecer contatos com as famílias e o Conselho Tutelar Regional, promover cursos de capacitação aos pais e professores acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como fazer o acompanhamento e encaminhamento das problemáticas sociais mais urgentes.

No caso da gravidez na adolescência, a escola só cumpre a função de assegurar a frequência e a segurança da aluna garantindo o seu aprendizado e bem estar no ambiente escolar. A escola não busca informá-la sobre a realização do pré-natal nem faz o acompanhamento dessa adolescente durante esse período.

Quanto às drogas, sabe-se que é uma realidade que faz parte da vida de muitos jovens, tornando-se uma demanda fortemente presente nas unidades de ensino. Cabe a escola a prevenção dessa demanda, entretanto, a equipe gestora tem receios e dúvidas de como abordar a temática na escola.

Os conflitos que surgem em torno de um jovem viciado não lhe proporcionam muitas alternativas, a não ser largar a escola e ir buscar algo que alimente seu vício, dessa forma, não é surpresa que se passe de viciado à traficante. Uma vez dependente se torna muito difícil largar as drogas e a escola deve assumir o papel da prevenção (SILVA e tal, 2010, p.04).

Nesse cenário o papel do Assistente Social é fundamental, posto que, atua nas mais diversas áreas, tendo o cuidado em não generalizar o tema drogas, em respeitar a particularidade e contexto de cada usuário, os tipos de drogas utilizadas seus efeitos e conseqüências (SILVA e tal, 2010).

A fome e a pobreza interferem no desenvolvimento mental, físico, e intelectual dos discentes. Muitos alunos que passam por essa situação vão à escola com a finalidade principal de se alimentar e não de estudar. Para DEMO (2008, p. 63). O bem-estar social significa a conjunção complexa e totalizante do desenvolvimento

socioeconômico e político, para que se supere não somente a pobreza material, mas igualmente a pobreza política.

A violência é fruto da desigualdade social, pode ser física ou psicológica, quando ocorre no espaço escolar pode ocasionar problemas de concentração, aprendizagem e de comportamento em suas vítimas. A violência doméstica apesar de ocorrer nos lares, reflete os mesmos problemas no âmbito escolar. A violência escolar principalmente o bullying³, apesar de ser uma questão antiga, é um dos problemas sociais mais complexos e de difícil solução, que tem aumentado assustadoramente na sociedade contemporânea, ultrapassando as instâncias socioeconômicas.

Neste contexto, a escola deve trabalhar a tolerância e o respeito ao outro criando situações em que se pratique a tolerância auxiliando os alunos a considerar o ponto de vista do outro dando ênfase a discussão de temas relacionados com a moral e a ética. Além dessas sugestões que apontam as práticas escolares, DELORS (2004) complementa que a educação deve sempre valorizar o pluralismo cultural como fonte de riqueza humana, e deve combater os preconceitos raciais, que geram violência e exclusão, trabalhando o conhecimento recíproco da história e dos valores das diferentes culturas.

A realidade escolar é tensa, tomada por uma guerra diária, não declarada, nas salas de aula, onde todos são perdedores: professores, por estarem submetido a um estresse físico e psíquico, e alunos, por terem mais um obstáculo na construção de conhecimentos específicos, indispensável para o exercício efetivo da cidadania (FARIA e SOUZA, 2010).

É notório perceber que as escolas da rede pública do município de Propriá tenham urgência e necessidade em ter no seu quadro de profissionais o assistente social. Este profissional pode contribuir com a realização de diagnósticos sociais que apontem alternativas à problemática social que atingem muitos alunos. Assim, de acordo com FARIA e SOUZA (2010) entende-se que a intervenção do assistente social nas escolas maximizará a política educacional dos municípios.

³O *bullying* é considerado um ato de violência, física ou verbal, sem um motivo aparente, causando em suas vítimas conseqüências que vão desde o campo emocional até conseqüências na aprendizagem (FANTE, 2005).

CAPITULO IV

4-A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS SERGIPANAS

4.1 METODOLOGIAS DA PESQUISA

Assim, visando atingir os objetivos propostos, buscamos, por meio da trajetória metodológica, identificar a percepção dos professores de seis escolas públicas no interior de Sergipe quanto à inserção do assistente social no espaço escolar, investigar o perfil desses docentes e o seu conhecimento a cerca do projeto de Lei 3688/2000, que prevê a inserção de profissionais do Serviço Social na escola, bem como conhecer as demandas apresentadas no interior das escolas públicas. Para isto utilizou-se como referencial os dados coletados por meio de questionário além de uma análise qualitativa para os dados obtidos.

Utilizamos inicialmente um pré-teste com cinco docentes, com o objetivo de averiguar a validade do instrumento. Diante dos resultados obtidos, o instrumento sofreu algumas adaptações visando atender ao universo da pesquisa que considera apenas, professores que estão atuando em sala de aula, em escolas públicas da rede estadual do município de Propriá-SE.

Para gerar os dados analisados, realizou-se a aplicação de questionário com questões abertas e fechadas aos professores. Para a análise dos dados, buscamos referência teórica em BARDIN (2009). Esta autora adverte que se faz necessário buscar conhecer aquilo que está subtendido nas palavras sobre a qual se debruça, e descreve que para organizar a análise de conteúdo devem ser consideradas três etapas cronológicas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Destaca-se que a pré-análise compõe a fase de organização, e esta primeira fase geralmente “possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2009, p.121).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, uma vez que objetiva levantar opiniões e crenças dos indivíduos em seu ambiente natural (GIL, 2010).

4.1.1 CONTEXTO E UNIVERSO DA PESQUISA

Assim, ocorreram as visitas as Unidades de Ensino: C.E. Joana de Freitas Barbosa, C.E. Cel. João Fernandes de Brito, E.E. Dom Antônio dos Santos Cabral, E.E. Graccho Cardoso, E.E. Maria do Carmo Alves e E.E. Professor Cezário Siqueira, que são as seis escolas, *locus* desse estudo.

A pesquisa buscará conhecer a opinião dos professores sobre a importância do Assistente Social na educação, bem como seu conhecimento acerca do projeto de Lei 3688/2000, que prevê a inserção de profissionais do Serviço Social no espaço escolar. Desse modo, o delineamento será em estudo de campo, o planejamento do estudo de campo é mais flexível, e pode acontecer mesmo com a reformulação de seus objetivos ao longo da pesquisa (GIL, 2010). Para esse autor “no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação”. (GIL, 2010, p. 57)

O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário com 20 perguntas abertas e fechadas que, entre outros aspectos, possibilitará identificar dados gerais acerca da formação do docente, o tempo de serviço, as demandas apresentadas na escola e a opinião desses professores sobre a importância da inclusão do assistente social no quadro de profissionais da educação. De acordo com GIL (2010) o questionário apresenta algumas vantagens quando comparado com a entrevista, atinge grande número de pessoas, garante o anonimato das respostas e não expõe os pesquisados à influência das opiniões do entrevistado. Para um melhor entendimento acrescentaremos um breve conceito de como se constrói questionário:

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa (GIL, 2010, p. 121).

Quanto ao critério adotado para a escolha das escolas a serem contempladas com a pesquisa, considerou-se todas as escolas da rede pública estadual localizadas no

município de Propriá,SE, devido à facilidade de acesso a esses estabelecimentos de ensino, já que a pesquisadora reside neste município,e a possibilidade de uma amostra maior.

Assim, sendo, o cenário dessa pesquisa são seis escolas públicas estaduais localizadas no município de Propriá no estado de Sergipe, e tem como sujeitos 60 professores da rede pública de ensino.

As visitas que foram feitas a essas seis unidades de ensino objetivava conhecer a realidade dessas escolas e do contexto no qual esses docentes estão inseridos, bem como buscava obter informações dos professores que compõem esses estabelecimentos de ensino, acerca da importância da inserção do assistente social no espaço escolar, e sua possível contribuição no processo educativo.

4.1.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA: O PROFESSOR

Atualmente cerca de 170 professores, aproximadamente, encontra-se em atividade docente em seis escolas da rede pública estadual no município de Propriá, interior de Sergipe. São profissionais efetivos graduados em diversas áreas.

Para a seleção dos sujeitos desta pesquisa considerou-se os professores que se encontravam em atividade docente e que demonstraram livre interesse na participação do estudo.

Sendo assim, os sujeitos são 60 professores que se encontravam efetivamente em sala de aula, e aceitaram participar da pesquisa.

Foi feito um contato inicial com os diretores dos estabelecimentos de ensino, e foram apresentados os objetivos da pesquisa solicitando-lhes autorização para a realização da mesma. Em seguida a pesquisadora conversou com os professores explicou-lhes sobre a pesquisa, sendo questionado o interesse ou não em participar do estudo.

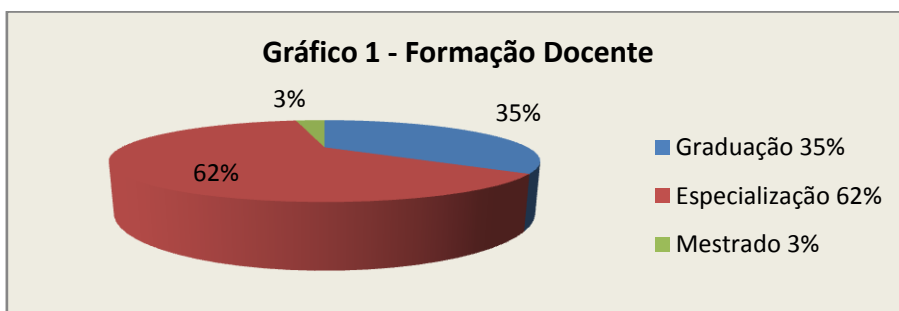
Ficou definida uma data para devolução dos questionários com todos os professores participantes da amostra, deixando claro que apenas seriam devolvidos os questionários daqueles que aceitassem em participar da pesquisa. Dos 110 questionários distribuídos 60 foram devolvidos e passaram a compor a amostra desse estudo.

O referencial teórico está pautado em autores como AMARO (2011), IAMAMOTO (2010), GADOTTI (2000), FALEIROS (2009), SANTOS, A. M. (2012) entre outros pesquisadores que discutem as questões relacionadas às políticas de Educação e Serviço Social na sociedade contemporânea.

4.1.3 A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR

Neste tópico serão analisados os aspectos principais das questões levantadas através do instrumento de pesquisa aos professores das escolas estaduais, sobre a importância da inserção do assistente social no espaço escolar.

Sessenta profissionais de ensino aceitaram participar desse estudo. A maioria 70% é do sexo feminino. 62% possuem especialização e apenas 3%, está cursando mestrado, conforme gráfico 1. Verificou-se aí, a busca pela qualificação profissional visando uma melhoria na qualidade de vida e também nas relações dentro e fora da escola.

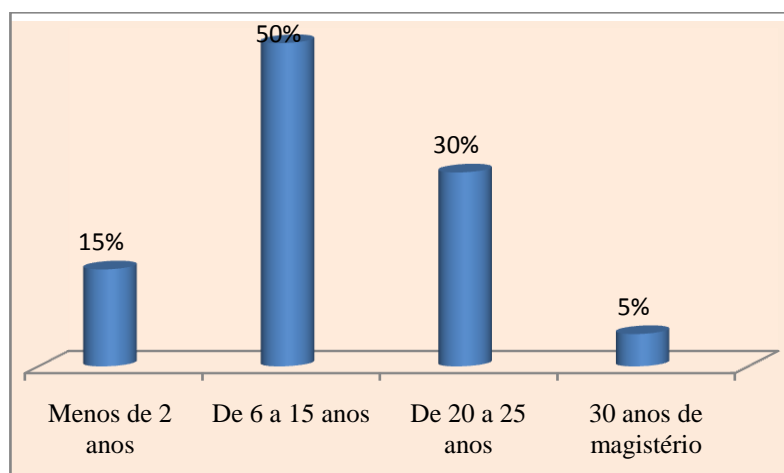


Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

Assim temos segundo DELORS (2004), que o reforço da formação continuada pode contribuir para o aumento do nível de competência e de motivação dos professores, além de melhorar o seu estatuto social.

Quanto ao tempo de atuação dos professores na instituição observou que apenas três possui 30 anos de magistério, a maioria, 50% deles, possui entre de 6 a 15 anos de profissão docente, 30% possuem entre 20 e 25 anos, e 15% possuem menos de dois anos de trabalho conforme gráfico 2, sendo que estes ainda cumprem estágio probatório (só cessa no período de três anos), relativo à nomeação do último concurso público ocorrido em março de 2012.

Gráfico 2 - Tempo de Atuação no Magistério



Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

No que se refere à carga horária 40% dos participantes possuem outro vínculo ou dedicação exclusiva, portanto trabalham nos dois ou três turnos, o que se evidencia a precarização salarial que leva estes profissionais a uma jornada exaustiva, tornando-os ocupados e sem tempo para lidar com as demandas sociais expressas no interior das escolas.

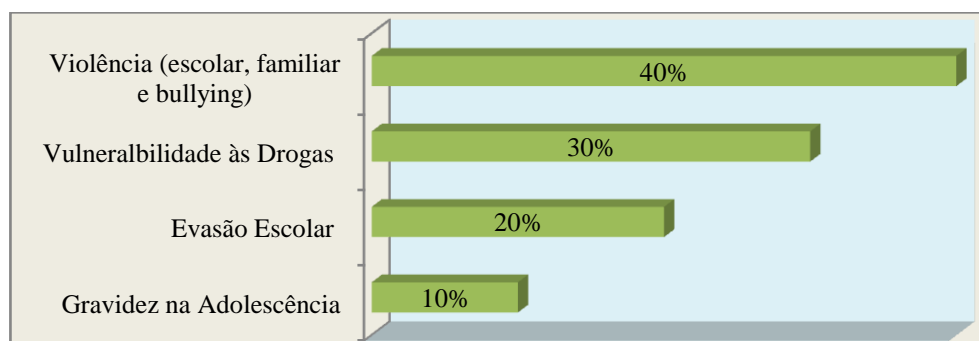
De acordo com DELORS (2004) é necessário melhorar a qualidade da educação e manter a motivação dos professores em situações difíceis, oferecendo-lhes condições de trabalho satisfatórias e remuneração análoga à das outras profissões que demandam um nível de formação equivalente.

Quanto à inclusão do Assistente Social no quadro de profissionais da escola, 100% dos professores que compõem a amostra acreditam que é positiva e explicam por que, esclarecendo que o assistente social pode auxiliar o docente na sua relação com o aluno; contribuir com o processo educativo e a gestão da escola e ser o interlocutor entre a família e a escola no que tange as questões sociais.

Segundo AMARO (2011) o assistente social se insere no espaço educacional munido de sua capacidade de lidar com as diferentes situações sociais excludentes que agitam a escola, e com os processos de resgate e fortalecimento da cidadania.

Quanto às demandas sociais que fazem parte do cotidiano escolar, e que pedem a intervenção de um assistente social, na opinião de 40% dos participantes da amostra a Violência (escolar, familiar e bullying) é a demanda mais urgente, para 30% dos participantes a mais urgente é vulnerabilidade às drogas, contudo, para 20% é a evasão escolar, e 10% acreditam ser a gravidez na adolescência, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 – Demandas Urgentes que Pedem a Intervenção de um Assistente Social na Escola



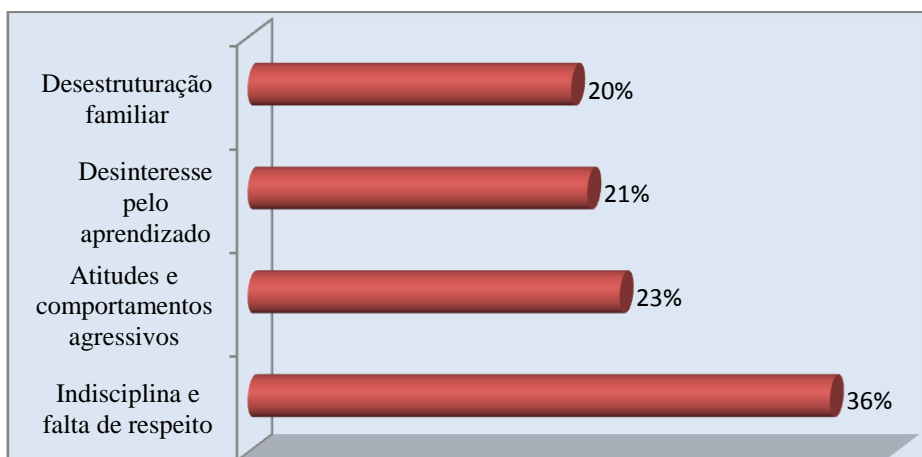
Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

Nos espaços educacionais, dada sua habilidade no que tange às questões sociais globais e aos enfrentamentos particulares da realidade social dos alunos, a importância e necessidade da atuação do assistente social não apenas se confronta como se dimensiona (AMARO, 2011).

Ao serem questionados sobre qual era o maior desafio da escola quanto à relação aluno/professor, e se é necessário um assistente social, 36% dos professores indicaram como maior desafio na relação aluno/professor a indisciplina e falta de

respeito do aluno para com o professor, para 23% são as atitudes e comportamentos agressivos por parte do aluno, já, para 21% é o desinteresse pelo aprendizado, contudo, para 20% o desafio é lidar com a desestruturação familiar que reflete no comportamento do aluno, conforme gráfico 4. Todos, (100%), dos participantes reforçaram a necessidade do assistente social na escola.

Gráfico 4 - O Maior Desafio da Escola quanto à Relação Aluno/Professor

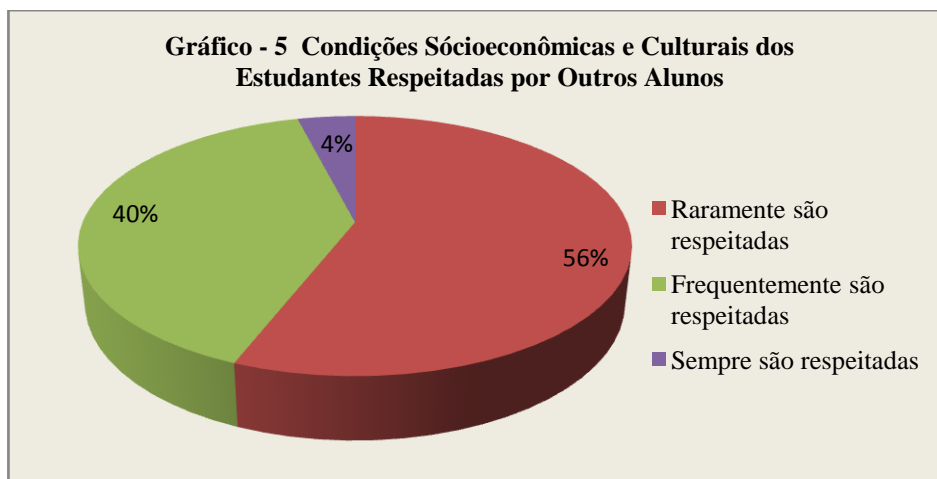


Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

Juntamente a isto, temos que 100% dos professores concordam que a jornada pedagógica seria mais fácil de ser conduzida se o assistente social assumisse parte das responsabilidades que hoje recaem sobre os ombros do professor. Este mesmo percentual não acha justo que o professor desenvolva ações que são pertinentes as atribuições de um profissional do serviço social.

Dentre as atribuições do assistente social, nesse espaço sócio-ocupacional encontra-se a tarefa de “identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamento agressivos de risco, etc”. (CFESS, 2001, p. 12).

No que concernem as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes serem respeitadas por outros alunos, 56% dos professores afirmaram que raramente essas condições são respeitadas, contudo, 40% declaram que são respeitadas freqüentemente, conforme gráfico 5.

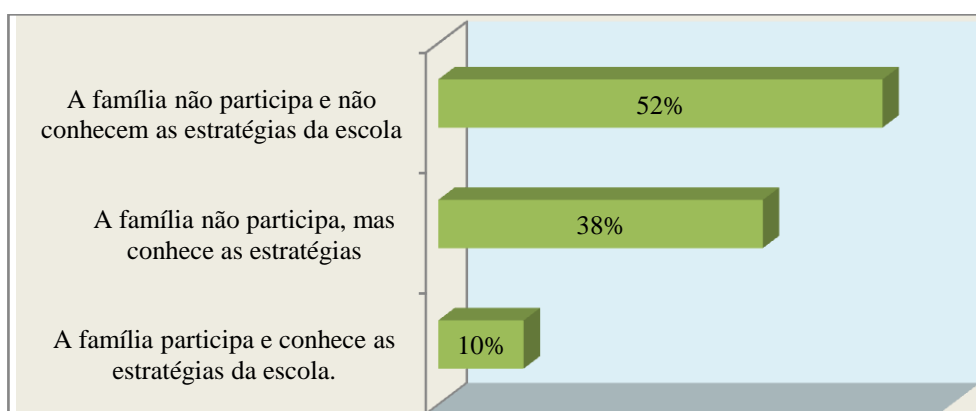


Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

Questionados sobre a sua atitude, quando se depara com situações que demandam atuação de um assistente social, 80% dos docentes afirmaram que encaminham o caso para a direção ou coordenação da escola, e 20% tenta resolver a situação na conversa com o aluno ou a família.

Em relação à participação da família nas atividades escolares e sobre o seu conhecimento sobre as estratégias adotadas pela escola para solução de conflitos, 52% dos professores afirma que a família não participa e não conhecem as estratégias da escola, 38% afirmam que a família não participa, mas conhece as estratégias e, para apenas 10% a família participa e conhece as estratégias da escola, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 - Participação da família e o seu conhecimento sobre as estratégias adotadas pela escola para solução de conflitos

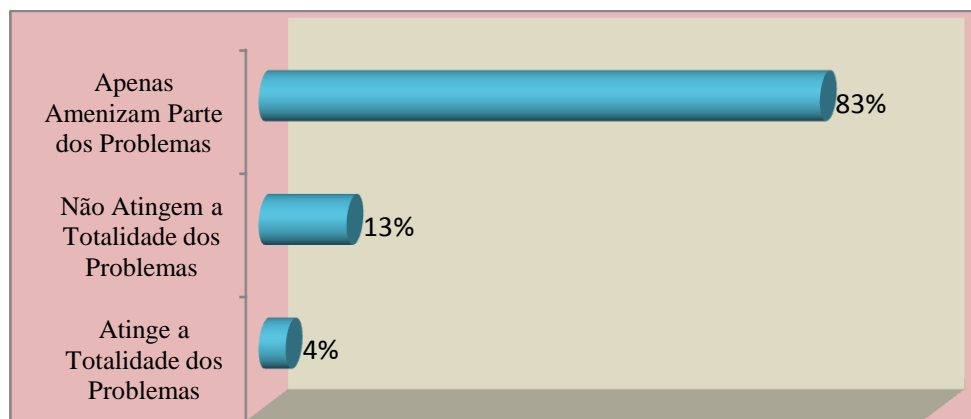


Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

O Serviço Social na escola segundo SANTOS, A. M. (2012) visa contribuir com a problemática social que é apresentada no cotidiano da comunidade escolar através de projetos que promovam a cidadania do aluno, com a família, escola e comunidade em geral.

Quanto à tentativa da escola na busca para resolução dos problemas sociais, 83% dos participantes da pesquisa revelaram que os métodos pedagógicos apenas amenizam parte do problema na escola, e para 13% os métodos pedagógicos não conseguem atingir a totalidade dos problemas, conforme gráfico7.

Gráfico 7- Os Métodos Pedagógicos da Escola na Busca para Resolução de Problemas Sociais



Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

Ao serem convidados a relatarem uma experiência na sua jornada pedagógica a qual teria sido mais fácil com a presença de um assistente social, foi preciso analisar o aspecto central do depoimento dos professores, para assim, sintetizar o relato da maioria, 80%, que indicou a dificuldade e muitas vezes a impossibilidade de fazer visitas domiciliares que eram imprescindíveis para orientação e acompanhamento do aluno e também a necessidade de um trabalho multidisciplinar para lidar com comportamentos e atitudes agressivas por parte do aluno.

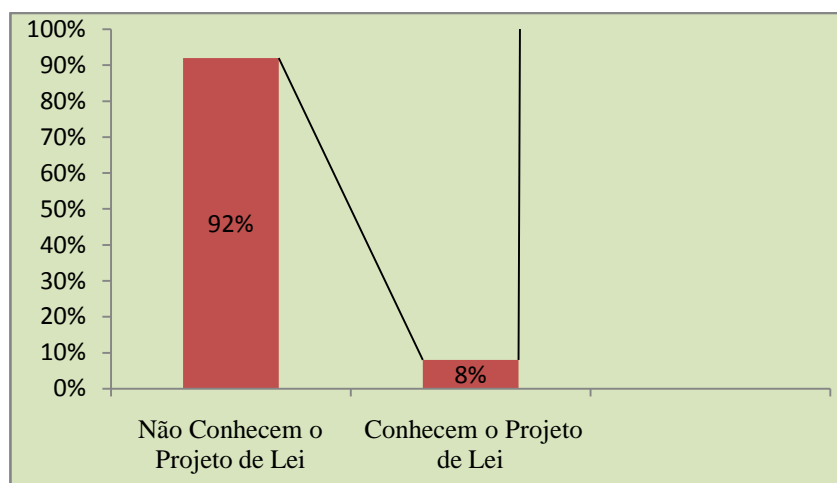
No que se refere às necessidades dos professores que podem ser atendidas por um assistente social, 90% dos docentes, indicou dois itens: a elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar e a participação

em equipe multidisciplinar da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo.

Ao relatarem como professores e assistente social podem unir esforços para melhorar a qualidade no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, 85% dos entrevistados, reforçaram a necessidade de um trabalho conjunto em prol do desenvolvimento do aluno com a elaboração de projetos, que envolvam a participação da comunidade escolar. Desta forma, segundo RIOS (2008, p. 118) “O empenho coletivo deve se dar na direção de uma democratização, assim como de uma construção constante da cidadania”.

Quanto ao conhecimento sobre o Projeto de Lei 3688/2000, que dispõe sobre a inserção do assistente social nas escolas públicas de educação básica, 92% dos professores afirmaram não ter conhecimento sobre o referido projeto, conforme gráfico 8. Percebe-se, que não existe divulgação do Projeto mencionado, o que evidencia a falta de interesse das autoridades competentes, em efetivar, de fato, o referido trabalho. Vale ressaltar que este Projeto de Lei, hoje denominado PLC 060/2007, encontra-se em trâmite há treze anos, já passou por várias comissões e ainda não saiu do papel.

Gráfico 8 - Conhecimento sobre o Projeto de Lei 3688/2000



Fonte: Autora (2013) com base nos dados da pesquisa.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação enquanto política pública de direito, deve garantir com a democratização do ensino, o acesso e permanência do sujeito na escola, mas, sobretudo a qualidade da Educação com o propósito de promover o desenvolvimento social e cultural do aluno enquanto cidadão. Nesse contexto, o assistente social inserido na escola pode, por meio de sua prática, garantir a consolidação e ampliação desse direito.

A partir da análise dos dados podemos constatar na realidade escolar do município de Propriá, SE, a existência de dois fatores limitantes ou dificultadores do processo educativo: a ausência da família na escola e a falta de preparo dos profissionais de ensino para lidar com as demandas sociais apresentadas no âmbito da família. Faz-se necessário que a direção da escola desenvolva projetos e programas que tragam a família para dentro do espaço escolar para que a mesma acompanhe e participe da aprendizagem de seus filhos.

Diante disso, o Serviço Social pode contribuir dialogando com a escola e a família possibilitando uma ação interdisciplinar que desenvolva nos jovens o senso crítico e o preparo adequado para o efetivo exercício da cidadania. Pois os problemas sociais como: evasão escolar, indisciplina, dificuldade econômica, desestruturação familiar, uso de drogas, gravidez precoce, dentre outras questões emergentes, exigem a intervenção de uma equipe interdisciplinar.

Por outro lado, os resultados apontam para a possibilidade que se estabelece o trabalho do professor na busca da melhoria de sua formação e sua prática pedagógica através da formação contínua, visto que, mais da metade desses docentes já são especialistas. Diante disto fica evidente, a vontade desses professores de mudar, a sua própria maneira de aprender e de ensinar, tornando-se profissionais do seu tempo a fim de guiar seus alunos em busca de uma formação sólida fundamentada nos pilares da educação. Pois a Escola do século XXI necessita de profissionais que estejam “à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer esses primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança”. (DELORS, 2004, p.89).

Por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, ficou confirmada a principal hipótese deste estudo, existe sim uma legítima necessidade da inserção do assistente social no espaço escolar, visto que a escola, responsável pela transmissão de saberes e cultura vem perdendo essa característica, por se encarregar de trabalhar as problemáticas sociais apresentadas pelas famílias.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade da aprovação do Projeto de Lei 060/2007, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Uma emergência que necessita ser reconhecida e reivindicada por esta categoria, pois a implantação do Serviço Social na educação básica brasileira abre um novo campo de trabalho para o Assistente Social.

Esta pesquisa não apresenta um caráter conclusivo, visto que muitas outras considerações e interpretações seriam possíveis. Porém as limitações de tempo foram impeditivas, assim se sugere que novos estudos sejam realizados sobre o tema, também com outras escolas publicas merecedoras de investigação. Nesta perspectiva, deixa-se para futuros pesquisadores ou quem sabe num futuro mestrado.

6-REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**. Bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 60 de 23 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica do Brasil. Senado Federal, Brasília, 2010.

CASTANHO, Denise Molon. **Construção do Projeto Político Pedagógico**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. In: SANTOS, André Michel dos. **Gestão democrática e serviço social: limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública – Limeira/SP**. 2012. Disponível em: <http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/mestrado/educacao/andre.pdf>. Acesso em: 04/11/2013.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Acompanhamento dos Projetos de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado**. Brasília: 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamentopls_mai2010.pdf. Acesso em: 27/11/2013.

Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, abril 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/773>. Acesso em: 10/11/2013.

Conselho Federal de Serviço Social. **O Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 11ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Editora Verus, 2005.

FARIA, Elir Lopes de e SOUZA, Valdecina de Freitas. **O serviço social e o sistema público de ensino em Uberlândia: Um estudo sobre esta realidade**. 2010. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo19.pdf>. Acesso em: 24/09/13.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 26/10/2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Vanda Moreira Machado, LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **Ensino Fundamental: papel social, especificidades e representações dos professores dos anos iniciais**. In: PIMENTA, Selma Garrido e PINTO, Umberto de Andrade. **O papel da escola pública no Brasil contemporâneo/ organizadores-** 1 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2013.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação? 21 ed.** – Rio de Janeiro: José Olímpio. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido e PINTO, Umberto de Andrade. **O papel da escola pública no Brasil contemporâneo/ organizadores-** 1 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2013.

PINTO, Umberto de Andrade. **O papel e os desafios da educação básica no Brasil**. In: PIMENTA, Selma Garrido e PINTO, Umberto de Andrade. **O papel da escola pública no Brasil contemporâneo/ organizadores-** 1 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2013.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 07 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e Competência**. Coleção: Questões da nossa época. 20 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, André Michel dos. **Gestão democrática e serviço social: limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública – Limeira/SP**. 2012. Disponível em: <http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/mestrado/educacao/andre.pdf>. Acesso em: 04/11/2013.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço social e educação: contribuições do assistente social na escola**. In: **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI** ISSN 1809-1636.2012. Disponível em: http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_015/artigos/pdf/Artigo_10.pdf. Acesso em: 11/11/2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 10 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

SILVA, G.N. et. al. **Serviço social e educação: uma intervenção possível e necessária nas escolas municipais de João Pessoa.** 2010. Disponível em: <http://www.catedraunescojea.org/GT03/COM/COM089.pdf>. Acesso em: 05/11/2013.

SCANDELA, Aline Linhares de Oliveira e CARDOSO, Danielhe Negrão. **A importância da inserção do profissional de serviço social em cada unidade escolar pública.** 2005. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1121/1072>. Acesso em: 24/09/2013.

PDE Escola/ Plano de Desenvolvimento da Escola. **Ministério da Educação.** 2010. Disponível em: http://pdeescola.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=37&Itemid=56. Acesso em: 04/11/2013.

BASE LEGAL

BRASI. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 60 de 23 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica do Brasil. Senado Federal, Brasília, 2010

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 10/11/2013.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

APÉNDICE

QUESTIONÁRIO SOBRE A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Este questionário é uma pesquisa de campo para criação de um artigo acadêmico defendendo a tese da Importância da Inserção do Assistente Social em Escolas Públicas Sergipanas. A maioria das afirmativas baseia-se no questionário de Davi Barbosa no endereço: amoservicosocial.blogspot.com e foram adaptadas para esta pesquisa. Por favor, responda com objetividade e sinceridade. Suas respostas e opiniões são de extrema relevância para este estudo.

OBS. O questionário não deve ser assinado, nem deve conter elementos que identifique o respondente.

A devolução deste instrumento caracteriza o consentimento para participar desta pesquisa. Desde já agradeço a todos que puderem participar. Obrigada.

Data do preenchimento do questionário: ____ / ____ / ____.

1. Nome da Escola que trabalha:

2. Número de alunos atendidos pela escola:

3. Qual a sua formação?

4- Já tem ou cursa especialização? Em que?

5. Qual a função que exerce na escola? Há quanto tempo está nesta função?

6. Possui outro vínculo empregatício ou Dedicção Exclusiva?

() Sim

() Não

7. Você considera necessária a Inserção do Assistente Social na escola?

() Sim

() Não

Por quê? _____

8. Quais são as demandas atuais na educação que pedem a intervenção de um Assistente Social?

() Evasão escolar

() Desinteresse pelo aprendizado

() Problemas com disciplina

() Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;

() Vulnerabilidade às drogas

() Atitudes e comportamentos agressivos e violentos

() Gravidez na adolescência

() Fome

() Violência doméstica

() Outro _____

9. No que diz respeito às relações entre professor/aluno e aluno/professor, qual é o maior desafio da escola? É necessário um Assistente Social?

10. As condições econômicas, sociais, culturais dos estudantes estão sendo amplamente respeitadas por outros alunos?

- () Nunca
- () Raramente
- () Frequentemente
- () Sempre

11. Qual a sua atitude, quando você identifica na escola situações como: evasão escolar, gravidez precoce, uso de drogas, violência etc. reflexos da questão social que demandam a atuação de um Assistente Social?

- () Encaminho o caso para a Direção e/ou Coordenação da escola
- () Encaminho o caso ao Conselho tutelar
- () Converso com o aluno sobre a situação
- () Converso com a família sobre a situação
- () Não faço nada
- () Outro _____

12. Cite uma experiência na sua jornada pedagógica que teria sido mais fácil com a presença de um Assistente Social.

13. Que fenômenos sociais estão interferindo no processo de aprendizagem?

- () Evasão escolar
- () Desinteresse pelo aprendizado
- () Problemas com disciplina
- () Insubordinação a limite ou regra escolar;
- () Vulnerabilidade às drogas
- () Atitudes e comportamentos agressivos e violentos

- () Gravidez na adolescência
- () Fome
- () Violência doméstica
- () Outro_____

14. A família tem participado das atividades escolares, conhecem as estratégias que a escola adota para solução de seus conflitos?

- () Participa e conhece as estratégias da escola
- () Participa mas não conhece as estratégias
- () Não Participa e não conhece as estratégias
- () Não Participa mas conhece as estratégias

15. Como profissionais da educação e da assistência social podem unir esforços em prol do desenvolvimento, da melhoria da qualidade no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes?

16. Você acha que a jornada pedagógica ficaria mais fácil de ser conduzida se o Assistente social assumir parte das responsabilidades que hoje estão sobre os ombros do professor?

- () Sim
- () Não

17. Você Acha justo que o professor desenvolva ações que vão além de suas atribuições, tais como as de um Assistente Social?

- () Sim
- () Não

18. Quais as necessidades dos professores que podem ser atendidas por um Assistente Social na escola?

- Pesquisa sócio-econômica e familiar para a caracterizar a população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho do aluno
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, e prestar esclarecimento sobre demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades.
- Auxiliar na concretização dos espaços de democratização do ensino, trazendo para a escola os alunos, a comunidade e familiares.
- Outra _____

19- Quanto à tentativa da instituição na busca de resolução dos problemas sociais, os métodos pedagógicos conseguem atingir a totalidade da situação problema na escola?

- Sim, os métodos pedagógicos conseguem atingir a totalidade do problema na escola.
- Não, os métodos pedagógicos não conseguem atingir a totalidade do problema.
- Os métodos pedagógicos só conseguem amenizar parte do problema na escola.

20- Você conhece o Projeto de Lei Federal nº. 060/2007 de autoria do Deputado Federal José Carlos Elias, que Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica?

- Sim
- Não

ANEXO



SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 60, DE 2007
(nº 3.688/2000, na Casa de origem)

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Público deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2º Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e de assistência social, deverão prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando, em qualquer caso, número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento.

Art. 2º Os sistemas de ensino, de saúde e de assistência social disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.688, DE 2000

Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As escolas públicas terão assistente social em seus quadros profissionais.

Parágrafo Único. A função do(a) profissional de assistência social na escola está voltada para o acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade.

Art. 2º A implementação da determinação contida no art. 1º desta Lei dar-se-á gradualmente até o prazo máximo de 5 anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

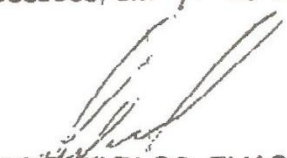
As taxas de evasão e repetência escolar, principalmente no Ensino Fundamental, infelizmente têm-se mantido constantes nos últimos anos.

Sabemos que um dos fatores fundamentais que causam o fracasso escolar está diretamente relacionado às precárias condições sócio-econômicas e culturais da família das crianças com dificuldades de aprendizagem.

O constante acompanhamento do(a) assistente social, como profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes. Tal atuação terá reflexos na diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do(a) professor(a) trazendo como resultado sensíveis melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Além disso, será também de grande importância a atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas.

A gravidade dos problemas enfrentados nas escolas e a urgente necessidade de oferecer alternativas para o seu encaminhamento levam-me a esperar significativo apoio de meus pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 2000.



JOSE CARLOS ELIAS
Deputado (PTB/ES)

(Às Comissões de Educação e Comissão de Assuntos Sociais.)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 23/08/2007

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:14664/2007)